

O PAPEL DA MULHER NA FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL E AS DIVERSAS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA

THE ROLE OF WOMEN IN BRAZIL'S SOCIAL FORMATION AND THE VARIOUS EXPRESSIONS OF VIOLENCE

Cristiane Aparecida Borghezan Sobieranski¹
Marisa Camargo²

Resumo: O objetivo geral deste artigo é refletir sobre a desigualdade de gênero sofrida pelas mulheres ao longo da história e problematizar o patriarcado e as características atribuídas às mulheres na reprodução da estrutura familiar na sociedade capitalista contemporânea. Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada no conteúdo da primeira seção do trabalho de conclusão do curso de Serviço Social intitulado “Violência enraizada contra mulher: um retrato da realidade”, apresentado no ano de 2018 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para a revisão bibliográfica foram utilizadas as bases históricas da colonização do Brasil, com destaque para as referências dos autores Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, complementadas por referências de autores que discutem a questão de gênero e o papel da mulher na sociedade. Nesse sentido, resgatam-se elementos referentes às origens históricas da violência contra a mulher, assim como os seus impactos na sociedade capitalista contemporânea. Os principais resultados ratificam o patriarcado como um sistema que naturalizou o papel inferior da mulher na sociedade, subordinando-as hierarquicamente aos homens, além da articulação do capitalismo com a opressão contra as mulheres. Embora se registrem frequentes lutas em favor de legislações voltadas à garantia dos direitos das mulheres, percebe-se que as antigas estruturas hierárquicas que comandam as estruturas familiares não apresentaram significativas rupturas. As velhas concepções de dominação e posse ainda operam nas relações entre homens e mulheres. As transformações e conquistas sociais e civis asseguraram, mesmo que não completamente, uma maior inserção e participação da mulher, porém o patriarcado ainda persiste atualmente, com outras faces, mas com a mesma essência.

Palavras-chave: Violência de gênero; patriarcado; capitalismo.

Abstract: The objective of this article is to reflect on the gender inequality suffered by women throughout history and to problematize patriarchy and the characteristics attributed to women in the reproduction of the family structure in contemporary capitalist society. This is a bibliographic review based on the content of the first section of the work concluding the Social Work course entitled “Violence rooted against women: a portrait of reality”, presented in 2018 by the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). For the bibliographic review, the historical bases of the colonization of Brazil were used, with emphasis on the references of the authors Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre and Darcy Ribeiro, complemented by references from authors who discuss the gender issue and the role of women in society. In this sense, elements related to the historical origins of violence against women are recovered, as well as their impacts on contemporary capitalist society. The main results ratify patriarchy as a system that naturalized the inferior role of women in society, subordinating them hierarchically to men, in addition to the articulation of capitalism with oppression against women. Although there are frequent struggles in favor of legislation aimed at guaranteeing the rights of women, it is clear that the old hierarchical structures that command family structures did not present significant ruptures. The old conceptions of domination and possession still operate in relations between men and women. Social and civil transformations and conquests ensured, even if not completely, a greater insertion and participation of women, but patriarchy still persists today, with other faces, but with the same essence.

Keywords: Gender violence; patriarchy; capitalism.

¹ Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: cborghezan@gmail.com

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social (DSS) do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS/UFSC). E-mail: marisa.camargo@ufsc.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo baseia-se no conteúdo da primeira seção do trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, intitulado “Violência enraizada contra mulher: um retrato da realidade”, apresentado em 2018 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trata-se de uma revisão bibliográfica em que foram utilizadas as bases históricas da colonização do Brasil, com destaque para as referências dos autores Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, os quais foram complementados por referências de autores que discutem a questão de gênero e o papel da mulher na sociedade.

Em pleno século XXI, a violência contra a mulher é cotidianamente relatada e continua sendo praticada em grande escala. Embora se registrem frequentes lutas em favor de legislações voltadas à garantia dos direitos das mulheres e responsabilização dos agressores, percebe-se que as antigas estruturas hierárquicas que comandam as estruturas familiares não apresentaram significativas rupturas. Destarte, as velhas concepções de dominação e posse ainda operam nas relações entre homens e mulheres.

A violência é um problema estrutural, cultural e socialmente multifacetário, expresso de múltiplas formas. Para entender a violência sofrida pelas mulheres não se pode esquecer das estruturas que auxiliam sua reprodução, como a igreja, a escola, a família e a própria sociedade. A família é uma instituição construída historicamente, que também se modifica conforme a transformação econômica. A partir da sua instituição, a mulher teve uma identidade pré-concebida e passou a assumir determinadas funções.

Analisar o papel da mulher na sociedade requer falar de violência e das estruturas que interferem na sua reprodução, nesse caso a familiar, a qual historicamente reforçou e velou a violência. A apropriação dos aspectos históricos permite compreender como ocorreram os mecanismos de apropriação da vida das mulheres, os quais se estendem até os dias atuais.

Com base no exposto, o objetivo do artigo é resgatar elementos referentes às origens históricas da violência contra a mulher, assim como os seus impactos na sociedade contemporânea. O interesse nessa temática relaciona-se à experiência de estágio supervisionado em Serviço Social realizada junto a um serviço de atenção em saúde da mulher e da criança, somada ao reconhecimento do quantitativo de situações de violência registrado nos sistemas de notificação da saúde. Ademais, acredita-se que conhecer a base histórica acerca do tema pode contribuir para o entendimento do problema, bem como subsidiar o planejamento de políticas públicas específicas voltadas à questão de gênero.

Para proceder a abordagem da temática delimitada, organizou-se o artigo em três (03) seções. A primeira seção diz respeito à presente introdução. Na segunda seção recupera-se a revisão bibliográfica visando apresentar a violência nas suas mais diversas expressões descendentes de um processo histórico, desde a colonização do Brasil. Por fim apresentam-se as considerações finais e as respectivas referências utilizadas.

AS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA E A IDENTIDADE SOCIAL DA MULHER

A violência foi utilizada historicamente pelo patriarcado como medida disciplinar, afim de manter as mulheres subordinadas, em cuja relação os homens utilizam-se da força como forma de resolver conflitos. Este fato por vezes é legitimado socialmente, pois o homem é tido como a figura de predominate da estrutura familiar. As expressões da violência são descendentes de um processo histórico, desde a colonização do Brasil, onde a reprodução da estrutura familiar corroborou para seu fortalecimento, sendo a família uma das diversas instituições que de alguma forma exercem poder na sociedade.

Pode-se afirmar que a violência é fruto de um processo histórico que deixa evidente as contradições existentes na sociedade. Acompanha a sociedade brasileira desde a colonização e se perpetua nas relações de poder em proporções desiguais. De acordo com Ribeiro (2007, p. 120), “há uma herança de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista”. Portanto, falar de violência requer analisar as estruturas que auxiliam sua reprodução:

Violência estrutural entende-se como aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (MINAYO, 1994, p. 8).

Apesar de a família tratar-se de uma instituição construída historicamente e que está em constante modificação, há uma tendência de naturalização da família e da sua forma de divisão de papéis (AZEVEDO; GUERRA, 1997). No entanto, a família atual com a configuração que se conhece, não é natural, assume diversas configurações e características, em diferentes sociedades e em contextos históricos.

No período pré-industrial, todos trabalhavam juntos, em todas as atividades: mulheres, homens e crianças. Tratava-se de uma unidade de produção, em um contexto social mais amplo.

A forma de organização voltava-se ao matriarcado, sem muito entendimento do papel do pai na reprodução. Com a responsabilidade de cuidar dos filhos em grandes aldeias e comunidades, as mulheres tinham direitos sobre as propriedades e decisões políticas (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

Na transição de comunidades para outro sistema em que o homem passa ser o centro das atenções, os adultos desempenham papéis diferenciados e bem definidos que possibilitavam a presença de modelos masculinos, como o pai, líder, e a mãe feminina, responsável por zelar o bem-estar físico e emocional e os assuntos inerentes ao lar. A divisão do trabalho era de predominância masculina e os instrumentos de trabalho passaram a ser dos homens por direito:

À medida que as riquezas iam aumentando, o homem desfrutava de uma posição mais importante do que a da mulher na família e ele passou a modificar, em proveito dos filhos, a ordem da herança estabelecida. O direito materno foi então abolido, o desmoronamento do direito materno e passagem para patriarcado (AZEVEDO; GUERRA, 1997, p. 57).

As mesmas autoras afirmam que a monogamia foi uma forma de família que teve como base as condições econômicas, a qual contribuiu para o surgimento de uma forma de submissão de um sexo sobre o outro. Esse poder hierárquico adquirido pelos homens, tinha como objetivo a restrição do espaço da mulher e a limitação de sua liberdade e autonomia, tornando-os assim espaços próprios para as mais diversas formas de violências, violências físicas, sexuais, psicológicas e de gênero (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

A origem da estrutura familiar brasileira foi adaptada de acordo com a cultura portuguesa que tinha suas características essencialmente patriarcais, conservadoras e religiosas e esse modelo teve grande implicação na organização e disposição política e cultural. De acordo com Freyre (2003), em sua configuração, a estrutura familiar brasileira não se importava exclusivamente com a família nuclear ou de sangue, agregava além dos filhos, escravos, servos, afilhados e pessoas intermediárias dependentes, a família aumentada, estendendo a dominação da dimensão privada para a pública. Para o mesmo autor o chefe da família, dono de terras e escravos, era autoridade absoluta nos seus domínios e tinha total independência política e econômica. A família patriarcal era a instituição mais importante no Brasil colônia, pois tinha domínio religioso, econômico, social e político.

A cultura portuguesa imposta na sociedade colonial brasileira e a forma com que esta se constituiu, deixou na história um legado de violência. Conforme relatos e marcas em toda formação da humanidade, a violência ocorre em todos os países do mundo e na sociedade

brasileira não foi diferente, apesar do peso ideológico do discurso hegemônico, no qual o “Brasil é tratado como um país, 'alegre' e 'pacífico' naturalmente contrário a violência” (PELEGRINE, 2008, p. 135), ou como afirma Holanda (1995), brasileiro é “homem cordial”.

Esse discurso camufla a verdadeira face desse homem “cordial”, pois do mesmo modo em que ele é cortês, é também impetuoso e violento. As raízes conservadoras dos modelos patriarcais na estrutura familiar aqui existentes, deixaram camuflada essa violência pelo seu grau de proteção, que coopera para a manutenção da desigualdade, que ainda persiste e é reforçada na sociedade brasileira atualmente.

O paternalismo auxiliou a neutralizar os efeitos do patriarcado, mas ao mesmo tempo, o tornou consentido por aqueles que dependiam daquela proteção. Isto abria espaços para as violências e o exercício dos abusos principalmente contra as mulheres que por vezes lhes cabiam a invisibilidade pública, o sexo forçado, o tratamento como objeto, como descrito por Freitas, (2011, p. 64) “os portugueses também puderam exercer sobremaneira a dominação e exploração sexual sobre os colonizados índias (os) e negras (os)”.

Esse modelo de sociedade evidenciava a separação dos papéis e o reforço da dominação dos homens perante as mulheres. Elas eram destinadas à obediência e procriação, sendo privadas de interação social, econômica e educacional, restritas a qualquer autonomia de escolhas. A sexualidade era exclusiva para procriação para fins de herança e sucessão (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

O desenvolvimento urbano representou uma mudança do poder patriarcal, tendo em vista que a estrutura da família passou a ser moldada de acordo com a mudança urbanoindustrial. Essas famílias “privatizadas³” pelas indústrias passam a desenvolver hábitos e cultura própria e a exploração das mulheres e crianças tornaram-se mais expressivas. Com a expansão das oportunidades de trabalho, os filhos se libertam dos cuidados rígidos do patriarca (SOUZA, 2000). O capitalismo tornou o patriarcado um aliado, pois desta forma manteve a exploração e a manutenção das situações de dominação. O sistema de urbanização priorizava o desenvolvimento das cidades e o enriquecimento dos comerciantes e burgueses, dando-lhes privilégios econômicos e políticos.

Azevedo e Guerra (1997) descrevem que a expansão econômica retira a produção das casas rurais para o mercado, e eleva as mulheres das camadas mais abastardas ao papel de

³ Nesse momento de transição e constituição do capitalismo as famílias foram consumidas pelo sistema de industrialização. As famílias saíram do modelo colonial de produção própria para vender sua força de trabalho ao capital.

consumidoras. As famílias passam a ser unidades consumidoras apertando o orçamento familiar o que coloca a mulher na condição de trabalhadora assalariada para ajudar no custeamento da família. Percebe-se nesse momento a necessidade de instruir essas mulheres, mas sem tirá-las de suas funções domésticas.

O capitalismo reforçou a desigualdade e a opressão contra as mulheres com características particulares do seu modo de produção. As mulheres passam a fazer atividades remuneradas, fato que demonstrava certa desintegração do sistema patriarcal (FREYRE, 1936). No entanto suas atividades eram vistas de forma a complementar ao trabalho do homem e de forma subordinada a ele.

Entretanto, apesar de uma aparente independência feminina, a esposa moderna, menos subjugada nesse novo modelo de sociedade, não se altera os papéis de gênero e estrutura tradicional da família e agora do trabalho. Voltando seu olhar para realização pessoal dentro de sua família e para as atividades domésticas, a maternidade, o amor aos filhos e ao esposo ganha valor central das mulheres. A ideologia do amor materno dava ênfase ao papel da mãe. Novamente, cabe a ela o papel de educadora, responsável por transmitir valores da sociedade, reproduzindo assim, a ideologia dominante a qual ela própria é vítima (AZEVEDO; GUERRA, 1997).

As controvérsias públicas em relação as mulheres diminuíram, a família se tornou menos rígida, porém não deixou de ser instituição dominadora para controlar a sexualidade feminina e a dominação masculina. No campo de trabalho o sistema capitalista sob dominação do modelo patriarcal, explora o sexo feminino apropriando-se da mão de obra das mulheres, com carga horária maior e baixas remunerações.

Muitas décadas depois, já no século XX, as mulheres conquistam espaços no mercado de trabalho em maior número, passam a ter acesso aos métodos anticoncepcionais, reivindicam oportunidades de trabalho e passam a questionar a estrutura opressora da família. Para Almeida (2007, p. 25) as mulheres “passam para desmistificação do caráter sacrossanto da família e da intocabilidade do espaço privado”. A família passa a ser definida como unidade social na qual se realiza a reprodução do trabalhador (AZEVEDO; GUERRA, 1997). Para Almeida (2007, p. 25), a “família pode ser uma instituição violenta, a despeito dos laços de afeto que, frequentemente, alicerçam-na, e que a esfera privada não é isenta de regulação pelo poder público”. Mesmo com um avanço lento das conquistas por liberdade da mulher, seu status social ainda era voltado à qualidade de gerenciar o lar e formar os filhos.

Apesar de um caminho de mudanças, o comportamento patriarcal permanece nos dias atuais e o retorno à história mostra a violência como elemento que faz parte da formação social do Brasil. Principalmente em relação às mulheres, “as desigualdades originais ainda ecoam e são reforçadas na sociedade brasileira” (RIBEIRO, 2005, p. 66).

Exemplo disso, diz respeito ao fato de que a violência contra a mulher por muito tempo não foi punida no Brasil, pois não era vista como desigualdade de sexos. A concepção social enraizada numa base patriarcal, ainda tolera a violência contra as mulheres:

Atualmente, vive-se a constatação de que as mulheres são vítimas de atos nocivos à sua integralidade apenas por pertencerem ao sexo feminino. Este fato leva a pensar que a sociedade ainda tem uma concepção de mundo associada à superioridade masculina (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 352).

Essas são partes da herança carregada na história da sociedade brasileira, ainda toleradas socialmente na atualidade. Para Marx (2013, p.998) “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica”. Nesse contexto as mulheres continuam sendo vítimas de companheiros enamorados, incidindo em diferentes classes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pleno século XXI, percebe-se cotidianamente que as situações de violência que afetam diretamente as mulheres estão longe de diminuir. Uma cultura enraizada de violência acompanha as mulheres, pois o modelo socialmente aceito fundamenta-se na dominação e no poder vindo dos homens.

O incentivo à cultura de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres é herança da sociedade patriarcal, onde o trabalho da mulher na esfera privada do lar se naturalizou. Diante disso, a busca por igualdade de gênero precisa ser levantada pois sabe-se que a desigualdade é a base da violência.

Saffioti (2004) observa que a grande contradição da sociedade atual é composta pelo conjunto do patriarcado, racismo e capitalismo. A mulher é discriminada por ser mulher, se não for branca, sofrerá pelo preconceito pela cor da pele, e se for pobre, pelo o capitalismo por meio da exploração da força de trabalho na esfera produtiva e reprodutiva. Para a mesma autora (2004), não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista, apesar dos

progressos femininos na busca por emancipação, a base material do patriarcado não foi destruída.

Ainda que as políticas públicas instituídas contemporaneamente cumpram um papel em garantir os direitos das mulheres com medidas protetivas, faz-se necessário romper com as desigualdades e com a cultura enraizada de diferenciação entre os sexos, afim de construir uma nova configuração das relações sociais existentes. As transformações e conquistas sociais e civis asseguraram, mesmo que não completamente, uma maior inserção e participação da mulher, porém o patriarcado ainda persiste atualmente, com outras faces, mas com a mesma essência.

No presente artigo, tentou-se ilustrar que no percurso histórico da formação social, o modelo de estrutura familiar baseado no poder patriarcal na sociedade brasileira, sempre evidenciou a posição inferior da mulher. Para tanto, espera-se que o aprofundamento dos conhecimentos acerca da base histórica da formação social brasileira permitam contribuir para o desvendamento, a prevenção e o enfrentamento do problema da violência contra a mulher, bem como subsidiar o planejamento de políticas públicas específicas voltadas à questão de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. (org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA. Viviane N. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 12.ed. Bras. 48. ed. em língua portuguesa. [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1936.

FREITAS, Marcel de Almeida. 'O cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje'. **Ponta de Lança –Revista de História, Memória e Cultura**, v. 5, p. 63-68, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <<https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7j7bv.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública.** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. **A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2.ed. 1997.

SILVA, Lídia Ester Lopes da. OLIVEIRA, Maria Liz Cunha de. **Violência contra a mulher:** revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. (2014).

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP.** São Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262550456_Gilberto_Freyre_e_a_singularidade_cultural_brasileira>. Acesso em: 26 ago. 2018.